

Débito do Rio com o Banerj deverá ser incluído em renegociação com a União

Fazenda pretende resolver problema da dívida dos estados o mais rápido possível

Givaldo Barbosa/ 18-4-95

Maria Luiza Abbott e
Angélica Wiederhecker

• BRASÍLIA. Os débitos do Estado do Rio com o Banerj deverão ser incluídos na renegociação da rolagem da dívida mobiliária (em títulos) do Governo estadual com o Governo federal. O total da dívida com o banco, composta por empréstimos, passivos trabalhistas e previdenciários, ainda deve ser calculado pelo estado e só depois disso começará a ser delimitado um acordo.

— Ainda não temos uma data para o fechamento dos termos da rolagem da dívida do Rio, já que o montante depende de cálculos a serem feitos pelo estado — disse o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, que na semana passada reuniu-se com os secretários do Planejamento, Marco Aurélio Alencar, e da Fazenda, Edgar Rocha.

Parente explicou que o Governo federal tem urgência em resolver o problema da dívida mobiliária dos estados, mas que não pode estabelecer prazos para não prejudicar o andamento das negociações. Se a demora no acordo com o Rio trouxer problemas graves ao estado, o Governo federal poderá adotar uma solução temporária, como fez com Mato Grosso.

Esse estado vinha comprometendo mais de 20% de sua receita com o pagamento de débitos. Por



PEDRO PARENTE: desestatização é uma das premissas da renegociação

isto, o Governo federal reduziu, por 90 dias, a 15% da arrecadação líquida os pagamentos devidos. Isto inclui a diferença no total de dívidas a serem roladas.

Nas garantias exigidas para a renegociação estão as receitas do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e de arrecadação própria, como o ICMS. No primeiro caso, se o governador atrasar um pagamento, o Tesouro pode simplesmente bloquear a conta do

estado no Banco do Brasil. Já as receitas próprias são recolhidas pelos bancos estaduais e um eventual bloqueio dependeria da Justiça.

A dívida mobiliária do Rio, de R\$ 5 bilhões, representa cerca de 1,6 vez a receita anual do Tesouro estadual, numa situação semelhante à existente no Rio Grande do Sul. Até por isto, segundo Parente, os termos do acordo com o Rio tendem a ser parecidos com o

que foi assinado com o governador gaúcho, Antônio Britto.

Uma das vantagens a ser estendida aos demais estados deve ser a inclusão dos débitos de curto prazo com a Caixa Econômica Federal no total de dívidas a serem roladas por 30 anos. A Caixa já emprestou R\$ 2,5 bilhões aos estados para programas de demissão voluntária, reforma administrativa e antecipação de receita.

Segundo Parente, três premissas básicas orientam os acordos de rolagem: a primeira é o compromisso de desestatização; a segunda são os débitos já renegociados, que não entram nesse novo esquema; a terceira são as condições de pagamento, que devem ser distribuídas igualmente, sem mudanças bruscas para as próximas administrações.

Parente tratou ontem da renegociação das dívidas dos estados de Goiás, Sergipe e Pará, cujos governadores foram ao ministério para reivindicar o alongamento dos seus débitos com o Governo federal e com a Caixa Econômica Federal por até 30 anos.

Pelo menos três outros estados — Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul — já assinaram protocolos de repactuação em 30 anos de sua dívidas mobiliárias e dos empréstimos contraídos junto à CEF no âmbito do programa de ajuste estadual. Os encargos correspondem a uma taxa de 6% ao ano mais o IGP-DI. ■